

João Camilo de Oliveira Torres – História do Brasil

A construção de uma monarquia democrática

Em artigo recente publicado no jornal A Folha de São Paulo, a revisionista da História do Brasil, Lília Schwarcz¹ escreveu – na já conhecida linha da historiografia brasileira, a difamadora do Império – que “há uma lenda dourada sobre o Dia do Fico, que vê a Independência como destino do Brasil, mas a verdade é que a Independência não estava escrita nas estrelas”. Conhecedora da História do Brasil, a historiadora (que também é antropóloga) se utiliza da ferramenta de construção de realidades da qual já fizemos comentários o suficiente na aula anterior, e com essa estratégia de “reconstrução da vida” busca, no caso do emblemático 9 de janeiro de 1822, afirmar que a Independência não estava decidida e havia muitas outras opções no tabuleiro. Leitura boba, desprovida de substância uma vez que olhar para trás e falar dos acontecimentos como sendo evitáveis, ou passíveis de outras realizações, é ignorar que até mesmo o maior evento histórico da humanidade, a morte do Cristo na cruz, foi precedido de uma oração em que se rogou “se possível, passe de mim esse cálice”. As possibilidades não excluem as decisões, seja do Rei dos reis ou do rei do Brasil, apenas fortalecem o poder: do Rei em se despojar da divindade e obedecer até a morte; do rei em negociar por quatro anos junto à corte portuguesa para fazer valer sua decisão de que a Independência seria melhor para o Império.

O que nos livros escolares brasileiros é chamado de Independência do Brasil, em João Camilo não é um evento, mas um tempo histórico. Tempo esse que se prolongou por mais de quatro anos, começando em 1820 com a Revolução Liberal do Porto e terminando em agosto de 1825, com o Tratado de Paz, Amizade e Aliança sendo firmado no Rio de Janeiro. Entender o que foi a Independência do Brasil é um trabalho que o autor de Construtores do Império realizou com cautela, munido de lupa e pena, onde encontrando ao longo do caminho registros documentais em Brasil e Portugal, registrou-os em sua obra fiel a um Brasil grande, em espírito diametralmente oposto ao dos revisionistas, que na sanha de construírem um novo Brasil na eterna Semana de 22 acreditam que é preciso apagar o Brasil imperial e refundar nossa história nos porões dos navios negreiros.

Assim como o autor sobre o qual nos dedicamos nessas aulas, outro brasileiro que não obstante ser desprovido da titularidade de “historiador”, ainda que advogado foi autor de uma das maiores obras de História do Brasil já produzidas, Otávio Tarquínio de Sousa (1889 – 1959) é justo de ter sua lida adjetivada *das maiores* em sentido figurado e literal, uma vez que sua *História dos Fundadores do Império no Brasil* conta com seis volumes e mais de 2.000 páginas, assim como possui conteúdo primoroso trazendo não apenas uma leitura *tarquiniana*, mas contando nossa história municiada de informações oficiais retiradas de documentos da maior relevância colhidos nos arquivos oficiais dos reinos europeus à época. Na esplêndida obra do autor carioca encontramos o que segue:

O reconhecimento da nova ordem de coisas, firmada no Brasil por D. Pedro, suscitava na Europa dominada pelo espírito da Santa Aliança os maiores obstáculos. Nos Estados Unidos, Silvestre Rebelo, para captar simpatias, asseverava que a única

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/dia-do-fico-que-faz-200-anos-nao-foi-1-o-passo-da-independencia-dizem-historiadoras.shtml>

diferença entre as formas dos governos americano e brasileiro consistia em que, neste, o primeiro magistrado se chamava imperador e era vitalício, naquele, se chamava presidente e era eletivo.”²

A [ainda] colônia portuguesa trabalhava com afinco pela independência do Brasil, ciente de que a decisão não seria conquistada por meio de cisão, mas de acordo. Aqui, Tarquínio evidencia dois pontos vitais que os historiadores uspianos de nosso tempo ignoram: I) a Independência da Colônia era um acordo costurado entre pai e filho, D. João VI, rei de Portugal e Pedro I do Brasil; e II) o projeto de independência era construído em conjunto com todos os países do hemisfério norte envolvidos no tema dominante da geopolítica do séc. XIX, a luta contra o espírito revolucionário francês. Tratemos cada problema por vez:

A independência dentro de casa

Camilo pinça alguns pontos interessantes³ como “a separação do Brasil e Portugal não se processaria de modo violento, como ruptura, mas como continuidade”, e isso se daria principalmente porque ambas as cortes eram compostas por membros de uma mesma família, e nas monarquias os laços familiares são forçosamente laços diplomáticos; segue o autor destacando que sendo Pedro I príncipe, sua presença “faria do Brasil, obviamente, um país de organização monárquica”, o que impediria a colônia de se tornar uma República nos moldes do que vinha se revelando ser a nova tendência de um mundo em revolução (comentaremos a seguir); e também que caminhando para a monarquia, o Brasil evitaria a fragmentação do território entre diversas províncias detendo um espírito de federalismo radical, com pequenos grandes reis espalhados pela colônia.

É surpreendente ao leitor costumeiro de Histórias do Brasil que podem ser encontradas em bancas de jornal ver que, a Independência não foi um ato de ruptura e nem mesmo um “mal menor” escolhido dentre um cardápio de opções. O trabalho diplomático de Pedro I, foi construído como um projeto sólido visando evitar que as raposas d’além-mar caíssem sobre o Brasil como colonizadores europeus faziam no continente africano, sugando riquezas e saindo quando já se avistava *terra arrasada* nas colônias.

Nomeando homens da estatura de Teles da Silva⁴ como embaixadores do Brasil junto aos países de maior vulto na Europa, Pedro I projetava o Brasil com sabedoria e desenvoltura, uma vez que seus embaixadores lidavam com momentos pitorescos, como o relatado por Tarquínio em sua *História*:

Em Viena, Teles da Silva ouvia de Metternich⁵: “Vosso governo é uma república grega, onde todo mundo manda” ... “tudo vai bem na sua República”.

Acontece, porém, que o governo do Brasil não era Republicano, pelo contrário internamente o Brasil vivia uma luta política contra o liberalismo que via no Brasil apenas um território imperial

² TARQUÍNIO. O. *História dos Fundadores do Império no Brasil*. Vol. II, pg 592.

³ Construtores do Império, Cap. II.

⁴ Antônio Teles da Silva Caminha e Meneses (1790 – 1875) nascido em Portugal foi grande aliado de Pedro I na Independência, homem dotado de grande honra em todo o mundo, dentre os títulos que recebeu, dentre os quais o mais conhecido é o de Marquês (de Rezende) foi honrado como Cavaleiro de Honra e Devoção da Ordem Soberana e Militar de Malta, a ordem militar beneditina fundada no Séc. XI, durante as Cruzadas.

⁵ Klemens Wenzel Nepomuk Lothar (1773 – 1859) é ainda hoje um dos maiores nomes da diplomacia mundial, sendo à época de Pedro I representante do Império Austríaco.

a ser dividido entre “o verdadeiro povo brasileiro”, o pequeno comerciante e seus trabalhadores vindos do campo. Pedro I precisava então, em meio à guerra política interna e o soslaio no olhar por parte dos diplomatas europeus, lidar com a família imperial em guerra, pois foi justamente no ano de 1821 que D. Miguel, irmão de Pedro I, começou seus ataques contra o próprio pai, que só foi salvo das garras do filho por ter recebido pronto apoio dos países vizinhos. É em toda essa realidade que aconteceu a Independência do Brasil, não um momento único como fazem entender nossos historiadores militantes, mas um mundo em que reis eram atacados por raposas sedentas por estraçalhar o poder em um novo regime dito democrático, mas que tinha por consequência única a transformação do trono em Conselho, trocando os grandes reis por pequenos líderes políticos totalitários.

Pedro I escreveu duas cartas que foram vitais ao projeto de Independência do Brasil, ambas destinadas a seu pai, sua Majestade.

“Meu pai. O dever de filho e o amor que como homem consagro a V. Majestade me instam a que, pondo de parte a coroa que sobre a minha cabeça foi colocada pela generosa Nação Brasileira, vá por este modo fazer constar a V. Majestade o desgosto que tive quando soube dos desatinos do mano Miguel, e o quanto desaprovo o seu proceder.”

Tal correspondência viria a ser sucedida por outra, estadista ao considerar secundariamente os problemas familiares, diante da primazia do interesse imperial:

“Permita-me V. Majestade que eu como filho lhe dê – posto que não pedidos – meus conselhos: V. Majestade já quanto antes deve reconhecer a independência do Brasil, por seu próprio interesse”.

Não era mais apenas interesse da Colônia, mas do Império em manter a Colônia que não seria separada, mas tornada independente do poder de Portugal, contando ainda com a família portuguesa no poder monárquico.

Sabia Pedro I que sua maior dificuldade de convencimento junto à Europa se dava não pelo nascimento de uma coroa americana, mas sim de ser essa coroa constitucionista. Desde o início das tratativas de independência, o filho de D. João VI precedia seu projeto com a realidade brasileira de então que não aceitava – imposição da realidade de seu tempo, não da vontade do povo – senão uma monarquia que existisse para atender os anseios populares. Diante da dificuldade de mostrar que o pensamento conservador brasileiro já havia nascido na colônia, e que a labuta em que os conservadores estavam envolvidos não era a de manter uma monarquia nos moldes europeus, mas uma Constitucional com a Carta Magna advinda não de uma assembleia constituinte, mas construída junto à coroa, Pedro I anteviu o destino dos reinos europeus e continuou a labutar junto ao pai ao mesmo tempo em que se antepunha ao maior risco do séc. XIX, o espírito revolucionário. O rei do Brasil viu antes de qualquer outro estrategista europeu: a única saída para as monarquias diante da ameaça republicana era a Constituição.

A proposta da monarquia democrática

Após a Guerra da Independência nos Estados Unidos, o continente europeu foi tomado pelo espírito revolucionário que, muito diferentemente do espírito americano não visava a independência da colônia para com o Império, mas encampava uma luta contra a monarquia entregando todo o povo ao povo, como muito bem interpretado por João Camilo:

Não é interessante – e muitos autores já assinalaram isto – que o lema da Revolução francesa haja sido: Liberdade, igualdade e fraternidade. São três ideais somente possíveis entre irmãos. Afastado o pai, que serve de empecilho à vontade de poder dos irmãos, esses se tornam livres; igualdade absoluta somente pode haver entre irmãos, tanto assim que os faraós consideravam, mésaliance, qualquer forma de casamento que não fosse entre irmãos; fraternidade, obviamente, se refere a irmãos. A Revolução foi, pois, um choque entre um sistema de autoridade, hierarquia e paternidade e um de liberdade, igualdade e fraternidade. Para muitos indivíduos neuróticos – e alguns dos chefes da grande revolução o foram sabidamente – toda aquela transformação pode ser descrita como a revolta simbólica dos irmãos contra o pai, um mito caro aos psicanalistas, como demonstram certas análises de Freud que, como realidades históricas e etnográficas, foram aliás contestadas pelos antropólogos. E não foi, aliás, a época liberal um tempo de grande influência da Maçonaria, uma associação fortemente acentuada no sentido da afirmação enfática da irmandade entre seus membros?⁶

A Revolução Francesa não foi uma *revolução americana na França*, mas sim uma luta da burguesia contra a monarquia, onde uma revolta liberal explodia canalizando a insatisfação popular contra os governantes, fazendo crer que o mal de um reino é que poucos abastados governam muitos esfomeados, realidade que só seria alterada invertendo as classes, e assim passariam as repúblicas a verem poucos esfomeados e muitos abastados. Pura propaganda desprovida de contato com a realidade, o que não significa que seus propagadores desconhecêssem o pensamento político uma vez que, como evidenciado no recorte acima, a guilhotina foi a ferramenta física de um pensamento político advindo de filosofia parricida. Não o bastante, a revolução é seguida pela ascensão de Napoleão Bonaparte, o grande líder que aos olhos de todo o mundo passa a ser admirado pelos povos como “grande libertador” e temido pelas monarquias como “agente do caos”. Para contrapô-lo é necessário a reunião de grandes forças, o que na história entra para os registros na forma da Santa Aliança, reunindo em 1815, os reis da Prússia, Rússia e Áustria em um exército forte o bastante para evitar que Bonaparte (e seu espírito) destruam a solidez monárquica no Velho Mundo.

O espírito de Napoleão não causou menos danos que seu corpo, foi na América Espanhola que o ideal libertador fez alçar voo a imaginação de homens como Joaquim José da Silva Xavier (1746 – 1792) e Simón Bolívar (1783 – 1830), para não citar tantos outros autoproclamados libertadores de seus povos como San Martín, na Argentina, e Caballero, no Paraguai.

Reavalie agora, após essa breve análise do que viu o fim do séc. XVII e início do XIX, quão grotesco é dizer que a Independência do Brasil foi um jogo de burgueses em torno da

⁶ CAMILO. J. O *Presidencialismo no Brasil*.

manutenção do poder real, ou que Pedro I optou pela menos democrática das possibilidades republicanas.

É de Oliveira Lima (1867 – 1928) a análise sublime que destrinchou os ideais republicanos do Brasil inconfidente, ao escrever que “a economia tinha substituído a teologia pelo exame das energias e impulsos do espírito humano. Ao estudo das manifestações de Deus, preferiram-se os dos recursos das sociedades, cuja má organização teria falseado a bondade natural do homem”. Em poucas palavras o historiador pernambucano destrinchou a alma dos que sonharam com Minas Gerais republicano em solo monárquico⁷. A ideia de que a escravidão se impõe pela ordem econômica e não pela superioridade da alma ergueu na América heróis com pés de barro, que sem conhecer o passado e entender o presente, buscaram construir um futuro em que todos eram líderes de suas próprias vidas. Pedro I do Brasil não foi um deles, tinha cultura o suficiente para saber que uma revolução não entrega o que há de melhor, entrega apenas o surpreendente. É preciso planejar uma nação, e foi de planos guiados pelos melhores espíritos de seu tempo que o “rei soldado”, como era chamado Pedro I, conseguiu junto às monarquias europeias a independência do Brasil. As revoluções americanas não conseguiram tomar conta do solo brasileiro, e mesmo que incendiando por décadas diversos pontos do Brasil, jamais conseguiu incendiar a nação a ponto de reparti-la entre os que a espreitavam.

“[...]é da lei interna de toda revolução que, ao cabo de algum tempo, os moderados se tornem senhores da situação.” – João Camilo

Graças aos bons homens que Deus posicionou no Brasil, os desejos destruidores da paz e da ordem foram repelidos no início do século revolucionário. Voltaram e voltaram, é verdade. Sempre voltam. Mas duros golpes receberam tanto na Independência, na Abolição e no Segundo Reinado, quando por fim o Brasil assistiu as hienas militares entregarem ao povo brasileiro tudo aquilo que ele nunca quis, a República.

Fernando Melo
Brasília, 15 de janeiro de 2022

⁷ No *Romanceiro da Inconfidência*, Cecília Meireles eternizou em poesia os versos “que intrigas de ouro e de sonho/ houve em tua formação?”, contrapondo o frio do ouro com o calor do sonho do alferes.